

Relatório de Gestão Fiscal

2º Quadrimestre de 2016



Objetivo

Avaliar o cumprimento dos indicadores do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre 2016, conforme define a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).



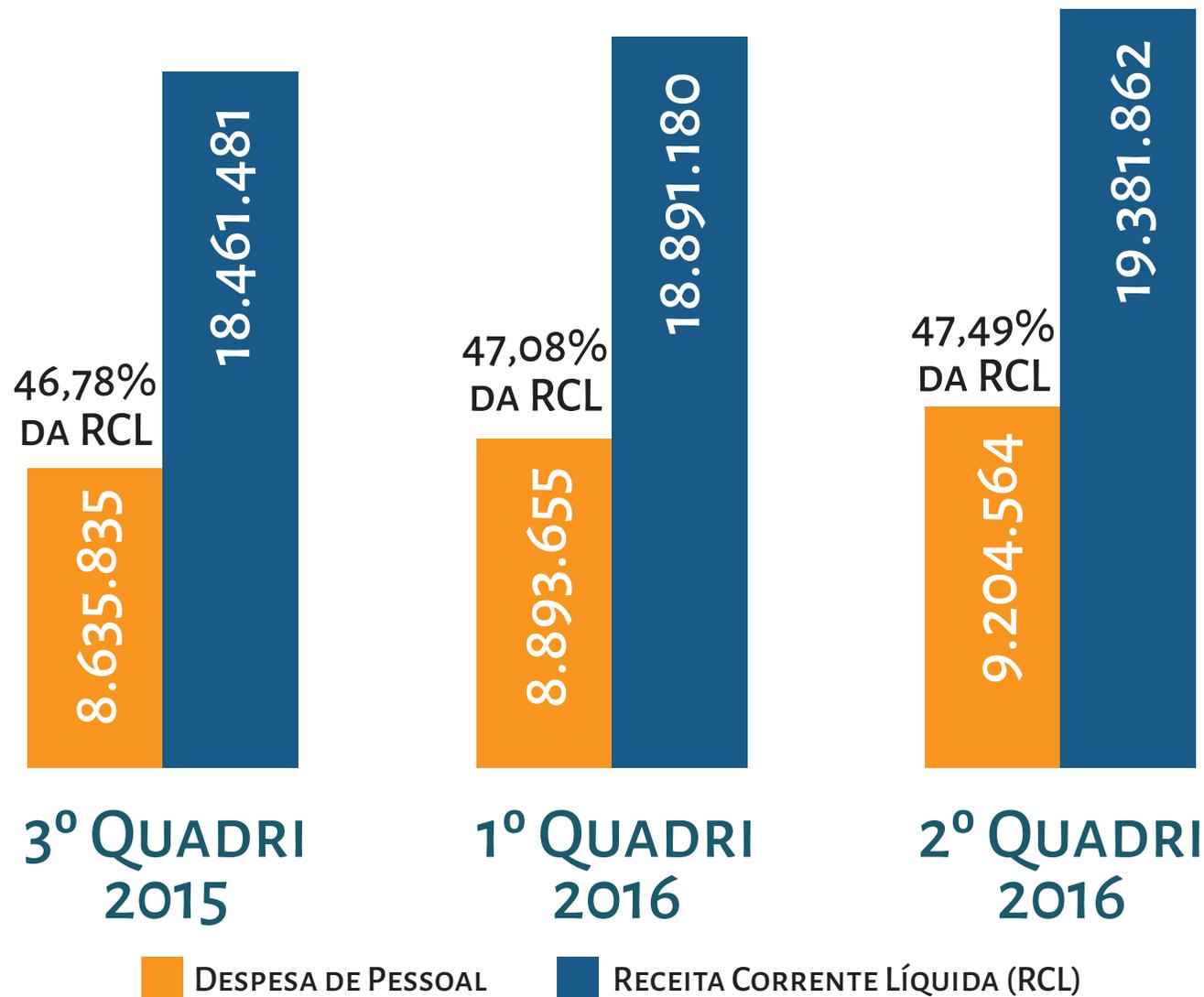
Metodologia

Para se chegar aos números do Quadro de Pessoal do 2º Quadrimestre de 2016 foram considerados os dados da Receita Corrente Líquida RCL e da Despesa Líquida Total com Pessoal dos últimos 12 meses (Setembro/2015 a Agosto/2016).



Limite das Despesas de Pessoal

(em mil reais)



Dívida Consolidada

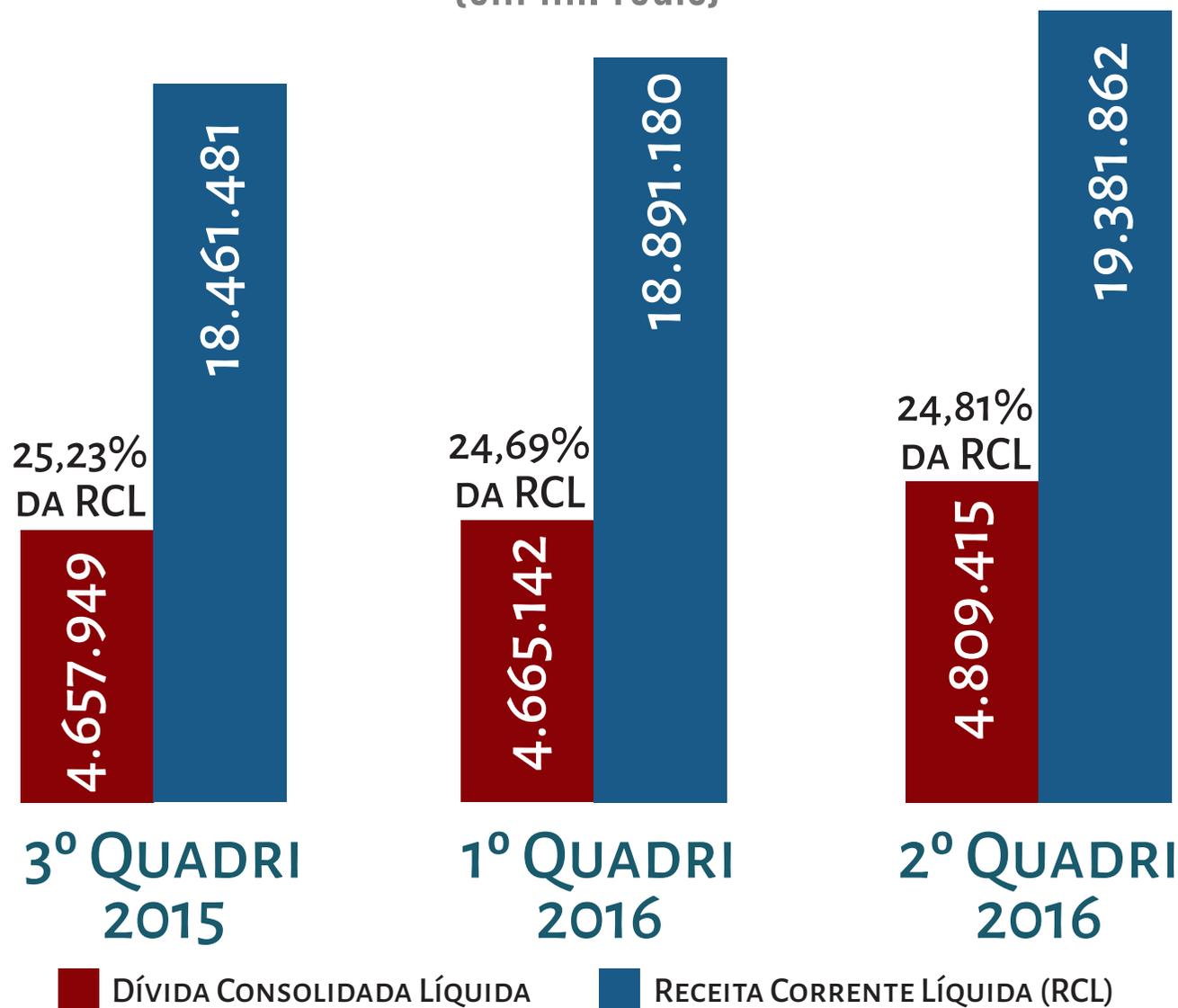
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (em mil reais)

Especificação	3º Quadri/2015	1º Quadri/2016	2º Quadri/2016
Dívida Consolidada Bruta	5.930.582	7.160.530	7.150.309
(-) Deduções	1.272.632	2.495.387	2.340.894
(=) Dívida Consolidada Líquida	4.657.949	4.665.142	4.809.415
Limite do Senado Federal (200% da RCL)	36.992.962	37.782.361	38.763.724
% sobre a RCL	25,23%	24,69%	24,81%



Posição da Dívida Consolidada Líquida

(em mil reais)



Resumo dos Indicadores Fiscais

Despesa com Pessoal	Valor	% sobre a RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.204.564.057,03	47,49%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.497.112.544,12	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	9.022.256.916,91	46,55%
Dívida	Valor	
Dívida Consolidada Líquida	4.809.415.151,84	24,81%
Limite Definido por Resolução do SF(200%)	38.763.724.669,86	200,00%
Garantia de Valores	Valor	
Total das Garantias	192.479.722,77	0,99%
Limite Definido por Resolução do SF (22%)	4.264.009.713,68	22,00%
Operações de Crédito	Valor	
Operações de Crédito Internas e Externas	54.421.168,50	0,28%
Operações de Crédito por Antec. da Receita	—	—
Limite Def. pelo SF p/ Op. de Crédito Int. e Ext.	3.101.097.973,59	16,00%
Lim. Def. pelo SF p/ Op. de Créd. por Antec. da Receita	1.356.730.363,45	7,00%

Limites registrados no GDF

Período	Limite
3º Quadrimestre/2015	46,78%
1º Quadrimestre/2016	47,08%
2º Quadrimestre/2016	47,49%



Adequação à LRF

No âmbito da DESPESA com pessoal, vêm sendo tomadas medidas para adequação do índice atual àqueles permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (desde setembro de 2015):

- Alterações na estrutura do Executivo local, com redução de 24 (vinte e quatro) para 18 (dezoito) Secretarias de Estado e corte de cargos comissionados, resultando em diminuição de custos;
- Instituição, nas empresas públicas dependentes, do Programa de Desligamento Incentivado ou Voluntário (PDV), conforme Decreto nº 36.635/2015;



Adequação à LRF

No âmbito da RECEITA TRIBUTÁRIA:

- Programa de Incentivo à Regularização Fiscal - Refis/DF e Refis-N;
- Cobrança do ITCD sobre Doações Declaradas à Receita Federal do Brasil;
- Reforço do Rito Especial;
- Programa “Malha DF”, de cruzamento de informações fiscais;
- Ampliação do Regime de Substituição Tributária;
- Implementação do Sistema Eletrônico de Mineração de Dados;
- Intensificação do Julgamento do Contencioso Administrativo;
- Recadastramento de Imóveis;
- Projeto Comércio Eletrônico;
- Acompanhamento Especial de Grandes Contribuintes;
- Ajuste de alíquotas tributárias - aprovadas na Câmara Legislativa (2015).



Implicações previstas na LRF

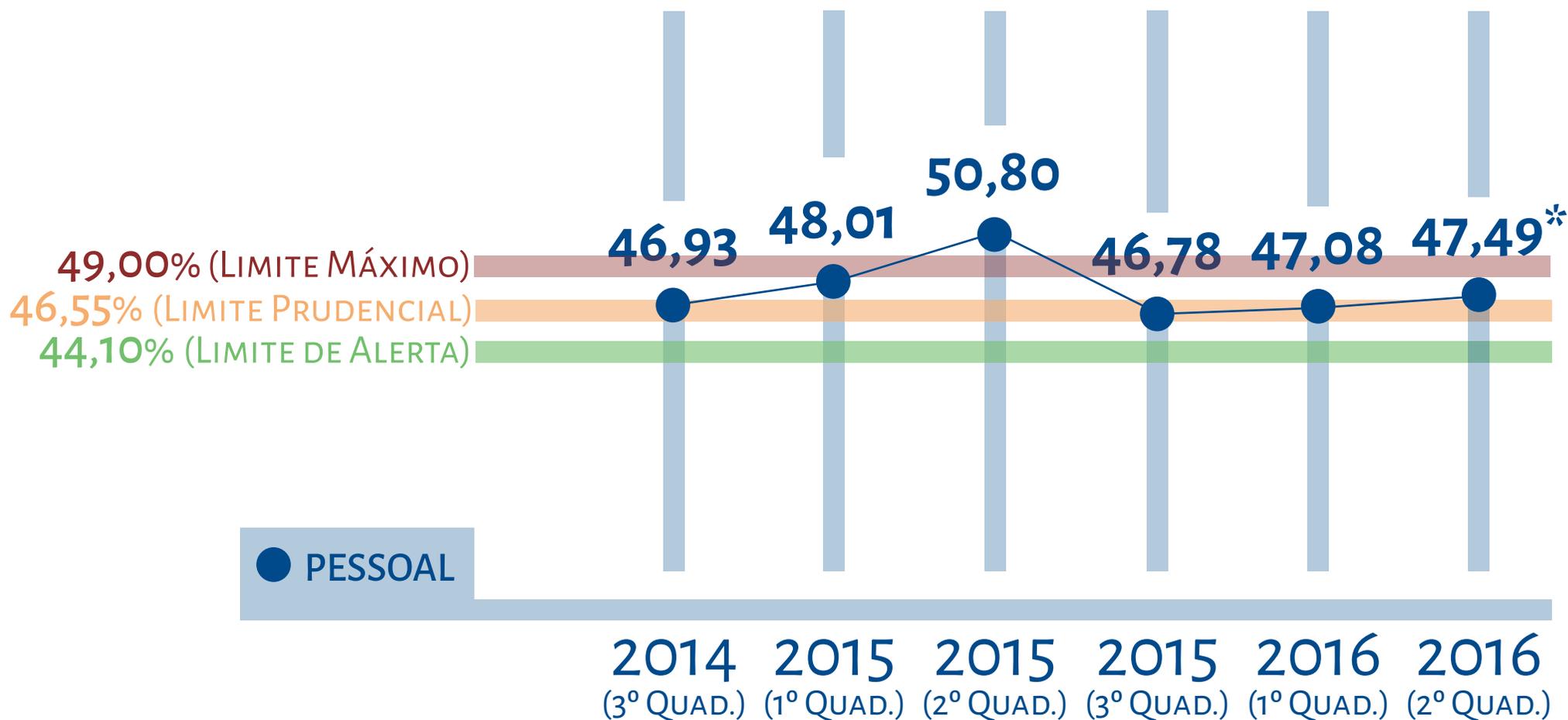
(art. 22 da LRF)

Ao exceder o Limite Prudencial (46,55%), a unidade federativa fica impossibilitada:

- Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvos os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;
- Criação de cargo, emprego ou função;
- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- Contratação de hora extra.



Evolução da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida



* APURAÇÃO DO RELATÓRIO - SETEMBRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016

Obrigado!

Dúvidas, enviar para:
ascom@fazenda.df.gov.br

